

aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Julho. (Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

11 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611026823

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 12 304/2007

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que foram nomeados:

Engenheiro agrónomo/silvicultor de 2.ª classe, Ana Marta Almeida Girão e Paula Cristina Agostinho Teixeira Lopes, 1.ª e 2.ª candidatas classificadas em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 111, de 12 de Maio de 2004, por meu despacho de 4 de Abril de 2007.

Especialista de informática do grau 1, nível 1, Sónia Maria Rodrigues Bailoa, única candidata classificada em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, por meu despacho de 9 de Abril de 2007.

Técnico de informática do grau 1, nível 1, Pedro Miguel Carvalho Gonçalves Bento, único candidato classificado em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, por meu despacho de 9 de Abril de 2007.

Técnico de informática-adjunto, nível 1, Sónia Cristina Fernandes Ribeiro Machado, única candidata classificada em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, por meu despacho de 5 de Abril de 2007.

Técnico superior de história de 2.ª classe, Catarina Matos Santos Serpa, única candidata classificada em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 299, de 23 de Dezembro de 2004, por meu despacho de 24 de Maio de 2007.

Técnico superior de psicologia de 2.ª classe, Susana Cristina Veigas Valentim Picado e Ana Sofia Luzio Janicas, 1.ª e 2.ª candidatas classificadas em estágio, no âmbito do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 149, de 26 de Junho de 2004, por meu despacho de 24 de Maio de 2007.

Os candidatos nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

2611026886

Aviso n.º 12 305/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, tendo sido efectuada consulta à bolsa de emprego público em 29 de Maio de 2007, conforme o pedido n.º 6284, em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificando-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, foi, por despacho do presidente da Câmara de 31 de Outubro de 2006, determinada a nomeação, em regime de comissão de serviço extraordinária, de Ricardo David Palmeira Abreu e Castro, técnico profissional de biblioteca e documentação principal, posicionado no escalão 2, índice 249 (240), para a categoria de técnico superior estagiário, na área das ciências sociais, escalão 1, índice 321 (310), tendente à sua reclassificação profissional, de acordo com o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

O funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Processo isento de visto prévio do Tribunal de Contas, por força da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

2611026885

Aviso n.º 12 306/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que foi determinada a reclassificação profissional de:

Por despacho do presidente da Câmara de 15 de Junho de 2007:

Ana Filipa Marques Dolores Ferreira, assistente administrativo, posicionada no escalão 1, índice 199 (190), para a categoria de técnico superior de política social de 2.ª classe, posicionada no escalão 1, índice 400, consultada que foi a bolsa de emprego público em 29 de Maio de 2007, em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificando-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

Por despacho do presidente da Câmara de 31 de Maio de 2007:

Ana Bela Botelho Moniz Soares, chefe de secção, posicionada no escalão 2, índice 350, para a categoria de técnico de 1.ª classe na área de gestão de empresas turísticas e hoteleiras, posicionada no escalão 2, índice 355, consultada que foi a bolsa de emprego público em 29 de Maio de 2007, através do pedido n.º 6281, em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificando-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

Maria de Fátima Gomes Pereira, jardineiro principal, posicionada no escalão 1, índice 204 (195), para a categoria de auxiliar administrativo, posicionada no escalão 8, índice 214 (205), consultada que foi a bolsa de emprego público em 29 de Maio de 2007, através do pedido n.º 6283, em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificando-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

de acordo com o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Os funcionários deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Processos isentos de visto prévio do Tribunal de Contas, por força da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

2611026881

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 12 307/2007

António Manuel Oliveira Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, faz saber que, de conformidade com o seu despacho de 6 de Junho do corrente ano, ao abrigo das disposições constantes nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada a comissão de serviço da chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico Maria Leonor Domingos Calisto Lopes, a partir de 23 de Agosto do corrente ano. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

2611026822

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 12 308/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que a presidente da Câmara procedeu à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis (referências A e B) e de 20 dias úteis (referências C, D, E e F) contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dos concursos externos:

Referência A — um lugar de técnico superior estagiário da carreira técnica superior de engenheiro civil, por despacho de 21 de Março de 2007;

Referência B — um lugar de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnica profissional de informática, por despacho de 26 de Março de 2007;

Referência C — um lugar de operário qualificado — lubrificador, por despacho de 31 de Março de 2007;

Referência D — um lugar de operário altamente qualificado, montador, electricista, por despacho de 31 de Março de 2007;

Referência E — dois lugares de operário qualificado, pedreiro, por despacho de 31 de Março de 2007;

Referência F — um lugar de operário altamente qualificado, electricista de automóveis, por despacho de 31 de Março de 2007.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

4 — Conforme estipulado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a bolsa de emprego público da Direcção-Geral da Administração Pública sobre a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo sido emitidas as seguintes declarações de inexistência: referência A — pedido n.º 5581, de 4 de Abril de 2007; referência B — pedido n.º 5514, de 29 de Março de 2007; referência C — pedido n.º 5544, de 2 de Abril de 2007; referência D — pedido n.º 5543, de 2 de Abril de 2007; referência E — pedido n.º 5545, de 2 de Abril de 2007; referência F — pedido n.º 5542, de 2 de Abril de 2007.

5 — Lugares a preencher — válido para as vagas postas a concurso (referência A), e para as que vierem a ocorrer durante o prazo de validade (referências B, C, D, E e F).

6 — Prazo de validade — seis meses (referência A) e um ano (referências B, C, D, E e F).

7 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 518/99, de 10 de Dezembro, 265/88, de 28 de Julho, e 248/85, de 15 de Julho.

8 — Conteúdos funcionais — são os constantes do despacho n.º 6871/2002, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 3 de Abril de 2002 (referência A), mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85 (referência B), despacho n.º 29-A/92, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 285, de 11 de Dezembro de 1992 (referências C e D), despacho n.º 1/90, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990 (referências E e F).

9 — Local de trabalho — o local de trabalho é toda a área do município de Vila Franca de Xira.

10 — Remunerações e outras condições — os titulares dos lugares a prover serão remunerados pelo índice 321, vencimento ilíquido de € 1048,87 (referência A), índice 199, vencimento ilíquido de € 650,23 (referência B), índice 142, vencimento ilíquido de € 463,99 (referências C e E), nos termos do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, e índice 189, vencimento ilíquido de € 617,56 (referências D e F), nos termos do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 518/99, sendo-lhes aplicáveis, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para funcionários da administração local.

11 — Forma de ingresso — através de estágio com carácter probatório, com duração mínima de um ano — artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88 (referência A) — e nomeação provisória por um ano, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89 (todas as outras referências).

12 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se todos os indivíduos vinculados ou não desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

12.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º Decreto-Lei n.º 204/98:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12.2 — Requisitos especiais — licenciatura em Engenharia Civil (referência A); curso tecnológico, curso de escolas profissionais, curso das escolas especializadas de ensino artístico, curso que confira certificado de qualificação profissional de nível III ou curso equiparado na área de Informática (referência B); escolaridade obrigatória e possuir formação ou experiência profissional adequada de duração não

inferior a dois anos (referências C e E); escolaridade obrigatória e possuir formação ou experiência profissional adequada de duração não inferior a três anos (referências D e F).

13 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel normalizado, de formato A4, dirigido à presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, entregue pessoalmente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sita na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 24, 2.º, esquerdo, 2600-186 Vila Franca de Xira, ou remetido pelo correio com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal e número de telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Lugar a que se candidata com referência ao aviso de abertura, identificação, número e data do *Diário da República* onde foi publicado;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais só serão consideradas se devidamente comprovadas.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

14 — Documentos exigidos — os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;

c) Documentos comprovativos dos requisitos gerais enunciados nas alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os quais são dispensados desde que os candidatos declarem no respectivo requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos enunciados nas citadas alíneas;

d) Os documentos comprovativos dos factos referidos na alínea e) do n.º 13;

e) *Curriculum vitae*, datado e assinado (referências A e B).

15 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são: prova de conhecimentos teóricos, sendo escrita, com carácter eliminatório (referência A); prova de conhecimentos gerais (teórica, sendo escrita) e de conhecimentos específicos (teórico-prática) — com carácter eliminatório (referência B); prova de conhecimentos teórica (escrita) e prática — com carácter eliminatório (todas as outras referências), entrevista profissional de selecção (todas as referências) e avaliação curricular (referências A e B).

15.1 — Programa e duração das provas — uma hora e trinta minutos (referências A, C, D, E, F) e duas horas (referência B).

Referência A — Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março; Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, e legislação complementar, Decretos-Leis n.ºs 156/2006, 157/2006, 158/2006 e 161/2006, de 8 de Agosto;

Referência B — gerais — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 503/99, de 20 de Novembro (artigo 57.º), e 169/2006, de 17 de Agosto; Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, de 22 de Março; Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004;

Específicos — arquitectura e funcionamento de computadores; noções gerais de detecção e reparação de avarias de *hardware* informático; organização e suportes de informação; sistemas operativos e ferramentas do Office; redes locais; segurança informática e privacidade de informação;

Referências C a F — visa avaliar conhecimentos específicos relacionados com o conteúdo funcional.

15.2 — Os critérios de apreciação e ponderação dos referidos métodos, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta n.º 1 do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

16 — Afixação e publicitação das listas — as listas de candidatos e de classificação final serão afixadas e publicitadas nos prazos e termos estabelecidos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Realização dos métodos de selecção — o dia, hora e local de realização dos métodos de selecção serão marcados oportunamente, sendo os candidatos avisados por escrito.

18 — Constituição do júri — o júri dos concursos designados por despachos da presidente da Câmara de 10 de Maio (referência A), de 19 de Abril (referência B) e de 7 de Maio de 2007 (referências C, D, E e F) têm a seguinte composição:

Referência A:

Presidente — Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, presidente da Câmara.
Vogais efectivos:

Urb. Luís Miguel Alves Matas de Sousa, director do Projecto Municipal de Requalificação Urbana.
Engenheira Maria Filomena Rocha Duarte Lourinho, directora do Projecto Municipal — PROJES.

Vogais suplentes:

Arquitecta Vitória José Caldeira Cochicho, técnica superior principal, arquitecta paisagista.
Engenheiro António Manuel de Paiva Nunes, assessor principal, engenheiro civil.

Referência B:

Presidente — Francisco do Vale Antunes, vereador.
Vogais efectivos:

Engenheiro Clemente José Gomes Rocha, especialista de informática, grau 1, nível 2.
Dr.ª Maria de Lurdes da Silva Pereira Pinto, chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Anabela Pinheiro de Oliveira, técnica de informática, grau 3, nível 1.
Nuno Paulo Aleixo Correia, técnica de informática, grau 3, nível 1.

Referência C:

Presidente — Alberto Simões Maia Mesquita, vice-presidente.
Vogais efectivos:

Engenheiro Francisco Manuel da Piedade Teixeira, chefe da Divisão de Equipamento Rolante.
Engenheiro Helder Jorge Oliveira da Silva Lucas, técnico de 2.ª classe, engenheiro de máquinas.

Vogais suplentes:

Horácio Caldeira dos Santos, operário altamente qualificado principal, mecânico auto.
Engenheiro João Salvador Vicente Gomes, técnico superior estagiário da carreira de engenheiro de máquinas.

Referência D:

Presidente — Alberto Simões Maia Mesquita, vice-presidente.
Vogais efectivos:

Engenheira Maria do Rosário Ferrão da Silva Oliveira, directora do Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais.
Engenheiro Joaquim Leonardo Robalo, chefe da Divisão de Equipamento Fixo e Oficinas Gerais.

Vogais suplentes:

Engenheiro José Manuel Fernandes, chefe da Divisão de Gestão de Empreitadas.
Guilherme Manuel Louro Silva Rómulo, encarregado do grupo de chefia de pessoal operário.

Referência E:

Presidente — Alberto Simões Maia Mesquita, vice-presidente.
Vogais efectivos:

Engenheira Maria do Rosário Ferrão da Silva Oliveira, directora do Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais.
Engenheiro Joaquim Leonardo Robalo, chefe da Divisão de Equipamento Fixo e Oficinas Gerais.

Vogais suplentes:

Engenheira Carla Alexandra Brito Gomes, engenheira técnica civil de 2.ª classe.
Engenheiro José Manuel Fernandes, chefe da Divisão de Gestão de Empreitadas.

Referência F:

Presidente — Alberto Simões Maia Mesquita, vice-presidente.
Vogais efectivos:

Engenheiro Francisco Manuel da Piedade Teixeira, chefe da Divisão de Equipamento Rolante.
Engenheira Maria do Rosário Ferrão da Silva Oliveira, directora do Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais.

Vogais suplentes:

Engenheiro Helder Jorge Oliveira da Silva Lucas, técnico de 2.ª classe, engenheiro de máquinas.
Horácio Caldeira dos Santos, operário altamente qualificado principal, mecânico auto.

Os presidentes do júri serão substituídos nas suas faltas e impedimentos pelos 1.ºs vogais efectivos.

21 de Junho de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611026855

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI

Aviso n.º 12 309/2007

Alteração n.º 1-AL/07 ao loteamento com o alvará n.º 2/92

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna público, ao abrigo do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que se encontra em inquérito público a alteração, sem obras de urbanização, ao loteamento com o alvará n.º 2/92, de 15 de Fevereiro, sito na Avenida do Dr. Francisco Sá Carneiro, freguesia e concelho de Vila de Rei.

A alteração ao loteamento cumpre o plano de urbanização de Vila de Rei, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 268, de 20 de Novembro de 2000, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/2000, com a alteração de pormenor publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 166, de 19 de Julho de 2001, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2001.

A presente alteração refere-se ao lote n.º 5, cujo proprietário é Filipe Domingos António, a fim de permitir a instalação de comércio e serviços no rés-do-chão, mantendo o 1.º andar para habitação.

O processo encontra-se patente no Núcleo de Obras Particulares e Obras por administração directa desta Câmara Municipal de Vila de Rei, podendo ser consultado durante o prazo de 30 dias, após decurso de 15 dias úteis da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

22 de Junho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim*.

2611027033

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DOS CALDEIREIROS

Aviso n.º 12 310/2007

Renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação do executivo da freguesia em 30 de Abril de 2007, foi renovado o contrato de trabalho por mais seis meses ao funcionário Vítor Manuel Fatana Martins, auxiliar de serviços gerais, com início em 18 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Presidente do Órgão Executivo, *José Francisco Gomes Candeias*.

2611026827

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 12 311/2007

Lista de antiguidade

Em cumprimento do disposto nos artigos 93.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade referente ao ano de 2006, aprovada em conselho de administração, em sua reunião de 15 de Maio de 2007, se encontra afixada nos locais de trabalho para consulta do respectivo pessoal.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

No cálculo da antiguidade foram respeitadas as regras de contagem de tempo referidas no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro,